



A INFLUÊNCIA DO EMPRESARIADO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA NACIONAL: AS ESTRATÉGIAS DO CAPITAL PARA DEFINIR UM NOVO PROJETO DE SOCIEDADE

THE INFLUENCE OF BUSINESS IN NATIONAL PUBLIC EDUCATION: THE STRATEGIES OF CAPITAL TO DEFINE A NEW PROJECT OF SOCIETY

LA INFLUENCIA DE LOS NEGOCIOS EN LA EDUCACIÓN PÚBLICA NACIONAL: LAS ESTRATEGIAS DEL CAPITAL PARA DEFINIR UM NUEVO PROYECTO DE SOCIEDADE

Kergilêda Ambrósio de Oliveira Mateus

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-3038-9286>

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) - Brasil

Anne Cisera Teixeira de Santana

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-5543-9377>

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) - Brasil

Giane Souza dos Santos

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-6859-8315>

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) - Brasil

DOI: 10.22481/poligs.v3i2.11102

Resumo: Esse artigo objetiva discutir as influências do empresariado na educação pública nacional, evidenciando como no atual contexto da política neoliberal, essa ação é agravada pelas investidas e estratégias dos organismos internacionais e como os intelectuais e grupos conglomerados tem exercido o poder hegemônico. As reflexões sobre essa temática foram suscitadas durante o percurso da disciplina Organização do Trabalho Pedagógico, do Mestrado Acadêmico em Ensino PPGEn, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB. A perspectiva de análise é o materialismo histórico e dialético. O presente artigo foi dividido em cinco seções: Introdução, Neoliberalismo e Educação, Relação do Empresariado e Educação, Por fim uma Base Nacional Comum Curricular e Conclusões Preliminares.

Palavras-chaves: Pedagogia do Capital. Pedagogia da Hegemonia. Base Nacional Comum Curricular.

Abstract: This article aims to discuss the influences of business in national public education, evidencing how in the current context of neoliberal politics, this action is aggravated by the attacks and strategies of international organizations and how intellectuals and conglomerate groups have exercised hegemonic power. The reflections on this theme were raised during the course of the discipline Organization of Pedagogical Work, the Academic Master in Teaching PPGEn, the State University of Southwest Bahia-UESB. The perspective of analysis is historical and dialectical materialism. This article was divided into five sections: Introduction, Neoliberalism and Education, Business Relationship and Education, Finally a Common National Curriculum Base and Preliminary Conclusions.

Keywords: Pedagogy of Capital. Pedagogy of Hegemony. Common National Curriculum Base

Resumen: Este artículo tiene como objetivo discutir las influencias de la comunidad empresarial en la educación pública nacional, evidenciando cómo en el contexto actual de la política neoliberal, esta acción se ve agravada por los ataques y estrategias de los organismos internacionales y cómo los intelectuales y grupos conglomerados han ejercido el poder hegemónico. Las reflexiones sobre este tema se plantearon durante el curso de la disciplina Organización del Trabajo Pedagógico, la Maestría Académica en Enseñanza PPGEn, la Universidad Estatal del Suroeste de Bahía-UESB. La perspectiva del análisis es el materialismo histórico y dialéctico. Este artículo se dividió en cinco secciones: Introducción, Neoliberalismo y Educación, Relación Empresarial y Educación, Finalmente una Base Curricular Nacional Común y Conclusiones Preliminares.

Palabras clave: Pedagogía del capital. Pedagogía de la hegemonía. Base Común del Currículo Nacional

Introdução

Apesar dos discursos contrários ao conceito de classe na atualidade, visto que para muitos intelectuais e estudiosos o termo tenha perdido o sentido na configuração política e social, comungamos com Martins (2015), quando menciona que esse conceito pode auxiliar nas interpretações sobre as relações sociais,

[...] Consideramos também que a validade desse constructo não está condicionada às variações econômicas, pois é determinada por algo bem mais complexo: o modo como os seres humanos se organizam em sociedade e se relacionam para produzir as condições de existências por meio do trabalho. Isso significa que o conceito de classes sociais exige ultrapassar o plano das idealizações, das fragmentações e das generalizações desencarnadas de historicidade (MARTINS, 2015, p. 293).

O conceito de classe ainda é importante quando pensamos na realidade atual, em que os intelectuais e as organizações do capital se unem em torno da construção de um projeto bem mais elaborado de reconstrução das bases econômicas e sociais do país. Martins (2008, p.1) destaca que, “O desafio assumido

por esses sujeitos políticos foi o de assegurar a posição de classe dominante-dirigente e apresentar possíveis “soluções” para os problemas gerados pelas políticas neoliberais”.

O Neoliberalismo, a nova fase do capitalismo, intencionalmente pensado para responder as crises desse sistema e as necessidades do mercado nesse tempo histórico, revela no momento sua face mais perversa, arquitetada para continuar seu objetivo de acumulação sem limites e adequação da sociedade aos interesses do capital estrangeiro e do mercado.

Assim, o Neoliberalismo se constitui a única alternativa de organização econômica, política, social, estética e ética, validando uma narrativa de superação da luta de classes e da naturalização das relações sociais, propagando uma harmonia social e econômica, defendendo que cada indivíduo pode desenvolver seus talentos e conquistar o que deseja a partir do mérito individual, estando o conceito de classe superada.

Entretanto, não consegue explicar as contradições do próprio capital, como apenas uma porção tão pequena da população é que detém os meios de produção e as riquezas, como num mundo tão harmônico vemos aumentar a fome e a pobreza. Oliveira (2003, p. 54) alerta que “A desigual apropriação da riqueza em uma sociedade marcada pelas relações capitalistas não decorre das diferentes aptidões individuais; é a condição de sobrevivência e reprodução do próprio sistema”.

Segundo esse sistema econômico que vem estruturar as relações sociais e de trabalho, apenas uma classe detém todo o controle político, social, econômico e cultural do país. Essa classe é a burguesia, grupo privilegiado, que determina um projeto de sociedade e de cidadão adequado aos seus interesses e intencionalidades. Para ter maior êxito em seus objetivos, a burguesia entende que também é importante obter o controle e gerenciamento da educação nacional,

Dentre os diversos planos que sofreram e sofrem influências do neoliberalismo, tendo o mercado como o centro de suas decisões, tem-se o plano educacional, no qual a escola, enquanto instituição social passa a ser pensada como uma empresa produtiva e é com essa concepção que são planejadas as estratégias que direcionam as políticas educacionais (ALMEIDA & DAMACESNO, 2015, p. 41).

Na medida em que o Estado capitalista vem definindo as políticas educacionais a partir da agenda dos organismos internacionais, como o FMI, Banco

Mundial, UNICEF, entre outros, fortemente ligados com o empresariado, assim como é analisado por Freitas (2012), grupos empresariais se unem num projeto comum de “melhoria” da educação. Com o discurso de “qualidade”, adentram a escola através das parcerias, utilizam dos investimentos da educação pública, continuam com seu projeto de acumulação de riquezas, tornando também a educação uma mercadoria. Esses conglomerados estão atuando no Brasil, como os *Corporate reformers – Reformadores Empresariais atuaram* nos Estados Unidos¹. Sendo que, desde os anos 1990 passaram a aprimorar o seu projeto de sociedade e de educação nacional, definindo de maneira estratégica as questões da educação brasileira.

Sobre esse mesmo período Martins & Neves (2012, p. 540-541), acrescentam que a burguesia, através de seus intelectuais, coloca em prática um novo projeto do capital para o Brasil. Esse projeto é formado por um conjunto de estratégias denominadas pelos autores, de Pedagogia do Capital,

Por pedagogia do capital, entendemos as estratégias de dominação de classe utilizadas pela burguesia a fim de obter o consentimento do conjunto da população para o seu projeto político nas diferentes formações sociais concretas ao longo do desenvolvimento do capitalismo monopolista (capitalismo nos séculos XX e XXI). A estas estratégias de educação política denominamos pedagogia da hegemonia (MARTINS & NEVES, 2012, p. 538).

Ainda de acordo com Martins & Neves (2012) as estratégias da pedagogia da hegemonia são postas em prática diretamente por intelectuais orgânicos singulares e coletivos da burguesia, que, através de políticas públicas, expressam o papel dessas frações da classe dominante no ordenamento das ações executivas e legislativas da aparelhagem estatal do capitalismo. Segundo eles “são intelectuais singulares da pedagogia da hegemonia os indivíduos que formulam e difundem no conjunto da sociedade as ideias, valores e práticas do projeto capitalista de sociedade em seus diferentes momentos históricos” (MARTINS & NEVES, 2012, p. 541). Sendo que os intelectuais coletivos se constituem como,

[...] organizações internacionais, nacionais, regionais e locais que educam o consentimento do conjunto da população ao projeto

¹ O termo *Corporate reformers* foi atribuído aos reformadores empresariais da educação nos Estados Unidos pela pesquisadora Diane Ravitch (2011). Este conceito designa uma coalizão entre a classe política, a mídia, os empresários de outros ramos de atuação, bem como as empresas educacionais, os institutos e as fundações privadas, agregando os pesquisadores alinhados com a aceitação de que o mercado e o modo de organizar a iniciativa privada é uma proposta mais adequada para —consertar a educação americana.

econômico e político-ideológico das classes dominantes. São exemplos desses organismos, no plano internacional, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre outros (IDEM, IBID, p. 541).

No Brasil, podemos destacar um exemplo de organismo formado por um grupo de intelectuais coletivos com atuação e representatividade na sociedade, com poder econômico e político, que conseguiu, através de diversas estratégias, o consentimento da população para atuar, definir e gerir a educação pública nacional é o “Todos pela Educação” (TPE)². Esse grupo de grande influência na educação nacional nas últimas décadas inicia um processo de gerenciamento empresarial da educação pública nacional, abrindo lastro para a atuação da poderosa Fundação Lemann. Essa fundação privada foi criada em 2002, pelo bilionário brasileiro Jorge Paulo Lemann, com ampla influência na educação pública na atualidade, é considerada por estudiosos como a força por trás da nossa Base Nacional Comum Curricular (BNCC), segundo os estudos de Tarlau & Moeller (2020).

Nossa opção nesse trabalho, foi realizar uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, ancorados nos estudos de Martins (2008, 2015), Freitas (2012, 2014), Oliveira (2003) Barroso (2005), Almeida e Damasceno (2015), Sena (2019) Lima (2019), Tarlau e Moeller (2020), Claloub e Perlatto (2016) entre.

Esse trabalho é fruto dos estudos e discussões realizadas na disciplina Organização do Trabalho Pedagógico, no Mestrado Acadêmico em Ensino do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGEn/UESB) sendo parte de uma pesquisa de Mestrado em andamento. A motivação desse estudo também é configurada pela nossa atuação enquanto docente com atuação nas escolas da educação básica.

No intuito de desenvolver essa temática organizamos o texto em cinco seções. Na primeira discutimos a relação entre o Neoliberalismo e a Educação. Na segunda seção, é discutida a ação do empresariado na educação pública. A terceira

² O TPE foi criado, em 2005, por um grupo de intelectuais orgânicos que se reuniram para refletir sobre a realidade educacional brasileira na atual configuração do capitalismo. A sustentação financeira foi montada a partir de captação de recursos privados. Os doadores são apresentados como “patrocinadores” da organização e encontram-se divididos em três níveis que variam de acordo com o valor do repasse. Ao todo, a organização conta com dez patrocinadores, entre eles: Grupo Gerdau⁴, Grupo Suzano, Banco Itaú, Banco Bradesco, Organizações Globo. No conjunto, destacam-se aqueles grupos com atuação predominante no setor financeiro (MARTINS, 2008, p. 5).

seção é dedicada à análise da elaboração da Base Nacional Comum Curricular. Por fim, na última seção, são feitas nossas considerações preliminares sobre a temática em questão.

Neoliberalismo e Educação

Desde a crise do Feudalismo³, o capitalismo vem se estruturando, modificando e ganhando força no mundo como o sistema econômico, político, social e cultural que molda as relações. O sistema capitalista é marcado por crises cíclicas, como já afirmava Marx, o que provocou mudanças do paradigma taylorista-fordista, tendo como resultados a reorganização dos mercados, a ativação dos fluxos de comércio, o acirramento da concorrência, rapidez no desenvolvimento da tecnologia e na sua aplicabilidade, além de uma mudança significativa acerca do trabalho. Neste cenário, um novo modelo de produção surge no Brasil, as relações sociais e econômicas da atualidade estão alicerçadas na faceta do capitalismo que conhecemos como Neoliberalismo. Segundo Cardozo et al (2008),

O neoliberalismo, por sua vez, se refere a um projeto de classe surgido na crise do capitalismo de 1970 que, desde então, busca fortalecer o poder da classe dominante, com um discurso sobre liberdade individual, autonomia, livre-comércio e concorrência, entre outras “virtudes do capitalismo (CARDOZO et al, 2008, p.13795).

Vivemos atualmente uma educação a serviço da produtividade, em que a formação da força de trabalho é o principal desígnio das atividades educativas, especialmente dos currículos escolares. Pois segundo Saviani (2002, p. 22), “É, com efeito, aquilo que poderíamos chamar de “concepção produtivista de educação” que domina o panorama educativo da segunda metade do século XX”. Ressaltamos que a ideia de educação voltada pra lógica do capital e que atende diretamente as necessidades do mercado capitalista, tem suprimido uma educação que busca o desenvolvimento integral do ser humano, em todas as suas dimensões sejam elas intelectual, física, social, emocional, estética e cultural. Na mesma perspectiva de

³ De acordo com Silva (2007, p. 4) “Antes do capitalismo, o feudalismo era o modo de produção do período histórico denominado de Idade Média, entre os séculos V ao XV, na Europa Ocidental. A crise do feudalismo se dá entre os séculos XIV e XV na Europa Ocidental. Esse período de crise, seguido de uma desintegração indica a transição para um novo modo de produção, o capitalista, que consolidará nos séculos XVIII e XIX”.

compreensão, Saviani (1983) ao apresenta as teorias educacionais, crítica a teoria tecnicista, com ênfase no aprender a fazer e no método e nas atividades, deixando em segundo plano o papel de professor. Segundo o autor, na educação, a preocupação da pedagogia tecnicista “passa a ser a organização racional dos meios, enquadrando professor e aluno em uma posição secundária, relegados à condição de executores de um processo cuja concepção, planejamento, coordenação e controle ficam a cargo de especialistas [...] neutros, objetivos, imparciais” (SAVIANI, 1983, p. 6).

Com a crise mundial do capitalismo da década de 1970, a certeza de empregabilidade deixa de existir, novas relações econômicas e políticas passam a ser estabelecidas. O mundo vive a era da globalização, e no intuito de resolver a crise resultante do próprio sistema capitalista, diversos países se unem no sentido de propor novas bases econômicas, políticas e sociais. Sob as luzes do Neoliberalismo atualmente é preciso formar outro tipo de trabalhador, este precisa ser eficiente, competitivo, criativo e se preparar para um mercado de trabalho em constante mudança e que possui farta mão de obra e baixa remuneração,

Hoje, na nova ordem econômica neoliberal, o sistema educacional focaliza trabalhadores com capacidade de resposta, com rápida capacidade de aprendizagem, que saibam trabalhar em equipe, que sejam competitivos, criativos e, pela abundância de mão de obra, os indivíduos ficam sem condições de reivindicar melhores remunerações e condições de trabalho (NETO & CAMPOS, 2015, p. 10992).

A escola então precisa ser adequada às exigências do mercado, centro das decisões, e dos interesses neoliberais, “no qual a escola, enquanto instituição social passa a ser pensada como uma empresa produtiva e é com essa concepção que são planejadas as estratégias que direcionam as políticas educacionais” (ALMEIDA & DAMANCENO, 2015, p. 41).

No intuito de por em ação essa adequação da escola pública aos interesses do capital, a mesma vivencia dois processos: a redução de investimentos por parte do governo e uma série de críticas por parte da classe intelectual ligada a organismos, como o “Todos pela Educação”. Nesse contexto, com forte investimento econômico e midiático, os intelectuais singulares se valem da narrativa de busca da

“Qualidade” da educação pública nacional para colocar em prática o seu projeto de gerenciamento privado na educação pública,

Em tempos de educação regida sob as teses neoliberais, uma palavra se destaca nos manuais acadêmicos da atualidade: qualidade. Essa palavra se configura como objetivo prioritário do discurso pedagógico. Ela tem se convertido, praticamente, em consenso para aqueles que a consideram como panacéia para solucionar todas as mazelas da educação contemporânea (ALMEIDA & DAMASCENO, 2015, p. 41).

A escola pública precisa atender as exigências do século XXI, é necessário haver investimento do setor privado, através de recursos e capacitação, uma vez que a mesma não consegue, na narrativa neoliberal, se estruturar adequadamente. Também é preciso maior rigor na gestão e realização do trabalho pedagógico, de maneira que a escola siga os ensinamentos da gestão empresarial,

Esse modelo de educação empresarial visa prover o trabalho pedagógico e a gestão escolar com um caráter mais moderno, em sintonia com a qualidade, produtividade, racionalidade e eficiência dos outros setores do mercado, conforme reza os ensinamentos do neoliberalismo aplicados à esfera educacional (ALMEIDA & DAMASCENO, 2015, p. 43).

Mesmo num país de dimensões continentais como o nosso, com significativas diferenças sociais e econômicas, fruto de toda uma formação e estrutura histórica de negação dos direitos coletivos da maioria da população, segue a falácia neoliberal. A narrativa é que, o projeto atual de sociedade e educação, definido pela política neoliberal e dos organismos internacionais, garante sucesso a todos os brasileiros, tendo em vista o mérito pessoal de cada um e,

Sob os auspícios do neoliberalismo, a teoria do capital humano procura justificar as desigualdades de classe a partir de aspectos individuais, mascarando as contradições do modo de produção capitalista enquanto geradoras dessas desigualdades, contribuindo assim para a manutenção e reprodução dos valores disseminados pela sociedade burguesa. Dessa forma, reforça a visão de meritocracia no processo educativo, na qual o esforço e a “vocação” justificariam o sucesso e a ascensão dos indivíduos no meio escolar e fora dele [...] (ALMEIDA & DAMASCENO, 2015, p. 43-44).

Segundo Barroso (2005) as influências das ideias neoliberais na educação, são sentidas através das reformas estruturais, de dimensão e amplitude diferentes.

Essas reformas buscam reduzir a intervenção do estado no serviço educativo, agindo a partir da retórica discursivas de diferentes atores, políticos, peritos, da mídia, através da crítica ao serviço público estatal e do fortalecimento da atuação do mercado. O autor ainda acrescenta que,

Este “encorajamento do mercado” traduz-se, sobretudo, na subordinação das políticas de educação a uma lógica estritamente económica (“globalização”); na importação de valores (competição, concorrência, excelência etc.) e modelos de gestão empresarial, como referentes para a “modernização” do serviço público de educação; na promoção de medidas tendentes à sua privatização (BARROSO, 2005, p. 741).

Nesse contexto uma porção da classe burguesa, o empresariado, passa a definir o gerenciamento da educação pública nacional, através do controle da mídia, da formação de institutos e grupos conglomerados e das parcerias público-privado.

Relação do Empresariado e Educação

No contexto brasileiro, a classe burguesa sempre teve na educação a ferramenta responsável por manter o *status quo*, por isso uma parcela dessa burguesia, representada pelos empresários, passam a considerar a educação como um elemento indispensável para alcançar seus objetivos.

Para a classe empresarial “os índices dramáticos da escolarização das massas nos países periféricos indicavam a necessidade de alterações na formação humana tanto no aspecto técnico quanto no ético-político para assegurar a consolidação do capitalismo em sua nova fase” (MARTINS, 2008, p. 3). A educação precisa ser adequada às necessidades atuais do mundo globalizado e do mercado o que torna necessário, “Ampliar o acesso à educação escolar para a preparação de homens e mulheres para o novo século, ainda que sob parâmetros restritos, se configurou como uma exigência a ser enfrentada pelas forças do capital” (idem *ibidem*, p. 3).

Deixando de lado todo o contexto histórico, social e material dos sujeitos que habitam essa periferia, a educação passa a ser encarregada de resolver a situação de atraso econômico e social desses países, uma vez que “A visão fragmentada dos fatores determinantes dos níveis de pobreza existentes faz com que as elites empresariais, através de seus documentos, atribuam à educação a responsabilidade de sanar a problemática social” (OLIVEIRA, 2003, p. 54).

Chaloub & Perlatto (2016) formularam seis hipóteses para a compreensão do destaque e papel assumidos pelos intelectuais da “nova direita” no cenário cultural e político do país na atualidade. Entre as hipóteses desses autores estão, o fato de que esse não é um fenômeno apenas do Brasil, ele vem ocorrendo em outras partes do mundo, que é nutrido pela crise no campo político do Estado de Bem-estar social e no plano teórico do marxismo.

Também, que eles se valem das transformações das últimas décadas na própria indústria cultural, com transformações no mercado editorial e “no perfil dos jornais de maior circulação – que passaram a dedicar mais espaço a colunistas “ideológicos” – e, sobretudo, à expansão e a popularização da internet, que permitiu a esses intelectuais adquirir uma capilaridade social não imaginada em outros tempos” (CHALOUB & PERLATTO, 2016, p. 28). Esse poder midiático é um elemento relevante para o consentimento da população ao projeto neoliberal que é defendido por esses intelectuais.

Os autores ainda destacam o protagonismo desses intelectuais junto a diversas fundações e institutos que tem atuado na educação, com forte poder ideológico, eles “se engajam de forma mais direta em movimentos como o chamado “Escola sem Partido”, que procura aprovar um Projeto de Lei contra a “doutrinação” e “contaminação político-ideológica” da esquerda nos espaços escolares” (CHALOUB & PERLATTO, 2016, p.30).

Lima (2019) destaca que as reformas postas em prática na educação nacional fazem parte de um projeto de educação para o mercado e os interesses do capital,

As temáticas de empreendedorismo, a ideologia das competências para o mercado, o empresariamento e a organização de grupos conservadores em torno da educação, estabelecem uma sequência lógica de um projeto de educação para o mercado e para a reprodução das bases da sociabilidade do capital que vem dos PCNs a atual BNCC (LIMA, 2019, p. 67).

A respeito das articulações dos empresários nas reformas educacionais em curso no Brasil, nas últimas décadas, tendo como ponto crucial a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 20 de dezembro de 2017 e de seus desdobramentos com a Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica que institui a Base Nacional Comum para a Formação

Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) e a Resoluções CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 e CNE/CP nº 4, de 17 de dezembro de 2018 (Brasil, 2021), torna-se agora relevante, como etapa seguinte, estruturar uma Matriz Nacional Comum de Competências do Diretor Escolar, incluindo o Vice-diretor Escolar, ambos responsáveis pela gestão escolar. Mencionamos como fator inicial a formação do movimento “Todos pela Educação” (TPE), movimento comandado por empresários dos setores financeiro, siderúrgico e da comunicação, que desde 1990 vem atuando nas decisões da educação pública.

Segundo Martins (2008) após a conclusão dos empresários do TPE da incapacidade técnico-política dos governos com política educacional, com a missão de mudar o quadro da educação nacional, quanto à qualidade da mesma, criaram o projeto denominado Compromisso Todos pela Educação. O mesmo autor destaca a realização do Congresso Ações de Responsabilidade Social em Educação: Melhores Práticas na América Latina como um momento de afirmação do TPE no meio empresarial, que serviu para,

[...] legitimar politicamente o projeto Compromisso Todos pela Educação e fortalecer no meio empresarial a importância de um organismo com capacidade para defender interesses da classe na sociedade civil e intervir na definição de políticas educacionais na aparelhagem de Estado. Os empresários brasileiros saíram do evento com metas, estratégias, cronograma e uma significativa mobilização para iniciar a construção de um pacto nacional em defesa da Educação Básica brasileira (MARTINS, 2008, p. 4).

Outro movimento similar ganha força em 2013, o Todos pela Base TPB. Esse coletivo se denomina como uma rede não governamental e apartidária de pessoas e instituições, que se dedicam à construção e implementação da BNCC e do Novo Ensino Médio” (Movimento pela Base Nacional, s/d). Eles têm a missão de,

Trabalhar em parceria para garantir os direitos de aprendizagem e desenvolvimento de todas as crianças e jovens brasileiros. Ouvimos e apoiamos as redes municipais e estaduais de educação na construção de consensos e orientações técnicas para a implementação, damos visibilidade para a causa e fomentamos o debate sobre uma aprendizagem mais significativa e conectada com a vida (MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL, Missão, s/d).

Freitas (2014) destaca que a aparente inovação, tão necessário à educação pública, proposta por esses intelectuais e reformadores empresariais na verdade é apenas um retorno a “filosofia pragmatista do começo do século passado em outros

níveis de exigência tecnológica e de controle social e lhe dão aparência de “inovação” – no fundo, trata-se novamente de adaptar a escola às exigências oriundas do mundo do trabalho” (FREITAS, 2014, p. 1105) que visam o aumento de produtividade e uma forma de recompor taxas de acumulação de riqueza.

Assim o empresariado vem de maneira cada vez mais intensa e estratégica definindo os rumos da educação nacional, através de organismos como o TPE e TPB, de força ideológica, política, econômica e midiática, gerenciando a educação pública nacional à luz do ideário neoliberal e de seus interesses.

Por fim uma Base Nacional Comum Curricular

O movimento TPB parece ser o grande mentor e influenciador da implementação da BNCC em nosso país. No entanto, os estudos de Tarlau & Moeller (2020), indicam que a força política por trás da BNCC era na verdade a Fundação Lemann. Uma fundação patrocinada pelo TPE, operando como força isolada, mas poderosa na estruturação do consenso entre diferentes atores, estando à frente do Movimento pela Base. As análises desses autores demonstram como essa fundação, apesar do conturbado cenário político do período de formulação da BNCC e de grupos com interesses diversos, conseguiu unir interesses antagônicos em torno de um objetivo comum. Não seria possível no limite desse artigo realizar aprofundamentos sobre o papel dessa fundação na implementação do BNCC em nosso país. A fim de maiores aprofundamentos na temática sugerimos a artigo de Tarlau & Moeller (2020)⁴.

Peroni (2015) ao abordar sobre as instituições privadas que constituem o coletivo do movimento TPB, também destaca a participação da fundação Lemann como principal apoiadora e articuladora desse grupo,

Especialmente no caso desse movimento, destacamos algumas instituições privadas ou fundações e institutos aos quais os integrantes representam, como a Fundação Lemann, principal apoiadora e articuladora da reforma curricular, Cenpec, Instituto Natura, Instituto Ayrton Senna, Instituto Unibanco, Fundação SM, Insper e Instituto Fernando Henrique Cardoso¹⁵. Além disso, é importante frisar que alguns sujeitos que hoje se apresentam como

⁴ A fim de maiores aprofundamentos na temática sugerimos a artigo de Tarlau & Moeller (2020). TARLAU, Rebecca; MOELLER, Kathryn. O CONSENSO POR FILANTROPIA. Como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil. **Currículo sem Fronteiras**, v. 20, n. 2, p. 553-603, maio/ago. 2020.

diretores e/ou coordenadores de instituições privadas já estiveram em função de direção no setor público, especialmente em órgãos governamentais nos últimos anos (PERONI, 2015, p. 346).

A autora acrescenta que o setor privado encontra-se cada vez mais organizado para direcionar as políticas públicas: “Ele é formado e operado por sujeitos individuais e coletivos em um projeto de classe, sendo parte de uma ofensiva histórica do capital e com especificidades neste período particular do capitalismo” (PERONI, 2015, p. 348).

Segundo Freitas (2014) no primeiro momento da onda neoliberal em 1990 a elaboração de Parâmetros Curriculares Nacionais foram suficientes, orientando um sistema de avaliação nacional de larga escala e amostral. No entanto, desde o Plano Nacional de Educação PNE 2014/2024, foi necessário implementar

[...] uma “base nacional comum”, associada a uma revisão das matrizes de referência dos exames nacionais, com ênfase na definição das expectativas de aprendizagem por série que leve a uma melhor “amarração” entre os objetivos, a avaliação (agora censitária) e os conteúdos no momento seguinte (FREITAS, 2014, p. 1092).

Essas medidas estão a serviço de uma educação que atenda ao mercado e suas exigências, formando a mão de obra adequada para esse momento do capital. Também abre espaço para a privatização da educação, através de parcerias do público-privado e da produção de materiais educativos, negócio rentável para as grandes empresas do setor,

As grandes editoras estão em festa, já adequaram seus kits à promessa de “nos adote e eleve o IDEB”, tendo como mote, a ideia de que a melhoria da qualidade da educação traduz-se pelo “bom” desempenho de estudantes em um conjunto de conteúdos e habilidades de duas ou três áreas do conhecimento, passíveis de serem aferidos nas provas e testes padronizados (SENA, 2019, p. 22).

Assim comungamos com Lima (2019) quando menciona que “temáticas de empreendedorismo, a ideologia das competências para o mercado, o empresariamento e a organização de grupos conservadores em torno da educação” se constituem em uma sequência lógica de um projeto para a educação nacional segundo as necessidades do mercado e da reprodução das bases da sociabilidade do capital, estabelecidas desde os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs até a atual BNCC.

Conclusões Preliminares

Os dados fornecidos pelos estudos de Martins (2008, 2015), Freitas (2012, 2014, 2018) e os demais estudiosos revelam os efeitos nocivos dessas políticas mercadológicas nas escolas, não oferecem possibilidades específicas de melhoria da educação, somente dificultam o surgimento de outras estratégias mais profícuas e que realmente alcance mudanças significativas na escola pública brasileira.

A reforma empresarial da educação pública brasileira está alicerçada em teses da “nova direita”, onde se encontram reorganizadas ideias antigas que já estavam superadas. Essa nova organização visa conseguir adesão e apoio da mídia, empresários, políticos, acadêmicos e educadores para implementar suas lógicas mercadológicas. As teses da reforma empresarial, definidas segundo o que é determinado pelos organismos internacionais como FMI, BM, OCDE, e o interesse do mercado e da burguesia, aparentemente possuem boas intenções e estão lutando pela melhoria da educação nacional ao apresentar um projeto eficiente e moderno para a sociedade. Entretanto, quando analisadas a partir dos sujeitos e grupos responsáveis pela sua implementação, essas nos fornecem um conjunto de dados que constituem um grande alerta para a sociedade, ao tornar também a educação uma mercadoria.

Para a educação nacional são traçadas metas que visam o controle da gestão escolar e dos processos formativos dos educandos, realizando o alinhamento das políticas educacionais aos interesses econômicos. Como sujeitos com essa visão mercantilista, podem definir a educação adequada para a classe trabalhadora? Como grupos de empresários, podem subsidiar as políticas públicas educativas para os filhos dos trabalhadores? A análise de políticas semelhantes postas em prática após décadas de experiências em outros países como, por exemplo, os Estados Unidos, vem apontando como negativas e sem sucesso essas iniciativas, a “qualidade” da educação, torna-se apenas um mecanismo de imersão das escolas num livre mercado educacional, não sendo de fato traduzida como melhoria do processo de aprendizagem (Freitas, 2012, 2014).

De acordo com essa configuração a educação está a serviço dos interesses do mundo dos negócios e de seus serviços básicos o que irá refletir fortemente no

controle dos conteúdos, métodos e das finalidades da educação. Segundo Freitas (2018), essas ações não parecem estar de acordo com a ética, pois estudos importantes já comprovaram a ineficácia da reforma empresarial da educação, não é ético continuar colocando em prática ideias que afetam estudantes em todo país. A formação reducionista e pragmática recebida pelos jovens na escola a partir de uma Base Nacional Comum Curricular BNCC, que restringe o direito a uma formação ampla, baseada nos princípios históricos, sociais, culturais, artísticos e filosóficos acumulados pelas sociedades, visa apenas formar uma mão-de-obra eficaz para atender as necessidades do mercado.

Esse é um campo ainda sujeito a outras análises e reflexões, entretanto, mesmo que as evidências existentes não sejam decisivas, o grau de dúvida levantado sobre a reforma da educação corporativa sugere que ela deve ser excluída das políticas públicas e escolares. Em certo sentido, a transição de uma escola pública, construída historicamente como uma instituição social, para uma organização comercial que presta serviços empresariais, inseriu as escolas e a educação de jovens em uma incerteza lógica relegada nas mãos de organizadores empresariais de prestação de serviço. Além disso, permite que a gestão escolar seja controlada para garantir que a escola faça os ajustes necessários para atender às novas exigências das atividades de produção. Gradualmente, o controle público sobre as instituições educacionais está sendo substituído pelo controle de grupos econômicos privados e munidos de interesses particulares. Pois segundo Adrião (2009), “o setor privado amplia o seu mercado, ao incidir sobre o espaço público na mesma medida em que o setor público transfere parcela de suas responsabilidades para com a educação à iniciativa privada” (ADRIÃO et al, 2009, p. 801).

A educação pública é vista como um mercado com potencial muito lucrativo e atualmente, esse mercado é cobiçado por muitas empresas. Conglomerados financeiros estão disputando o controle de escolas pertencentes a empresas terceirizadas onde o controle financeiro dessas empresas é negociado no mercado global e os riscos da obediência aos interesses do mercado e da desnacionalização da educação são inevitáveis.

Do ponto de vista social, a competição é um jogo que visa derrotar uns aos outros. Trazer essa filosofia para dentro das instituições escolares fortalece o interesse a burguesia, uma vez que enfraquece os princípios da coletividade e

solidariedade tão necessários às pautas e lutas coletivas da classe trabalhadora. Essa é uma das estratégias do setor empresarial conduzir à prática do individualismo e da competição e apontar as formas de organização limitada, apresentada como única possibilidade de arranjo para a sociedade.

Ao estabelecer competição dentro das escolas, enquanto prática educacional, através do sucesso dos estudantes em avaliações externas, o trabalho pedagógico torna-se uma ação fragmentada, baseada nas matrizes de competência. Sendo determinado por autores externos, isso afeta não apenas professores, mas também os educandos. Ambos se veem distanciados de um processo ao qual deveriam ter plena participação. Para tanto, o direito a uma educação de qualidade está vinculado à lógica do lucro e à padronização de conteúdos e currículos como parâmetros de qualidade. As cobranças constantes por rendimentos cada vez maiores, buscando atingir as metas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) estão impactando negativamente as relações no espaço escolar, ao expor estudantes e escolas a uma classificação nacional.

Nesse processo, acontece a exclusão de estudantes e instituições que não conseguem atingir o padrão estabelecido. A responsabilização dos professores e estudantes e o pensamento meritocrático se instalam nas instituições escolares. Em países em que essas políticas já estão em vigor há algum tempo, Estados Unidos, por exemplo, quando não ocorre o sucesso de alunos e instituições, a qualidade da educação é alcançada com o fechamento de turmas e/ou escolas que apresentam um quantitativo alto de alunos com desempenho insatisfatório. No caso dos docentes, aqueles que são considerados ineficientes são sumariamente demitidos.

No Brasil, estamos observando a intensificação dessas políticas nas últimas duas décadas. O ideário neoliberal de maneira cada vez mais intensa e arquitetada passa a determinar as reformas educativas. Os sujeitos são responsabilizados pelo sucesso ao fracasso. Cada um que de acordo com as oportunidades recebidas, mostre o seu valor, independente das desigualdades existentes. É importante oportunizar espaços de diálogos dentro das escolas para analisar o impacto dessas políticas e que sejam realizados maiores estudos e pesquisas sobre essa temática, buscando perceber alternativas que podem ser construídas para melhorar a educação brasileira.

Referências

ALMEIDA, Alberto Alexandre Lima; DAMASCENO, Maria Francinete. O neoliberalismo e a educação brasileira: a qualidade total em questão. Universidade UNG. **Revista Educação**. v.10, n.2. 2015, páginas 40-46.

BARROSO, JOÃO. O estado, a educação e a regulação das políticas públicas. **Educ. Soc., Campinas**, vol. 26, n. 92, p. 725-751, Especial - Out. 2005. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Lei Federal n.º 10.172, de 9/01/2001. Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica** e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

BRASIL. **Matriz Nacional Comum de Competências do Diretor Escolar**. Maio de 2021.

Disponível em: [https://www.institutounibanco.org.br/boletim/aprendizagem:aprendizagem em foco](https://www.institutounibanco.org.br/boletim/aprendizagem:aprendizagem%20em%20foco). BOLETIM 61/. Acesso em: 20 de junho de 2022.

CARDOZO, Edna de Nazaré Ribeiro; MIRANDA, André Luis Ferreira; SANTOS, Mateus Souza dos; PESSOA, Leilane de Nazaré Fagundes. Educação e neoliberalismo em contexto brasileiro: elementos introdutórios à discussão. IV Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação. SIRSSE e VI Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente (SIDP/ CÁTEDRA). Eixo Temático: Políticas Públicas e Gestão da Educação 2008. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25724_12514.pdf

CHALOUB, Jorge Chaloub; PERLATTO, Fernando. A nova direita brasileira: ideias, retórica e prática política. **Revista Insight Inteligente**. ANO XIX • Nº 72 • JANEIRO/FEVEREIRO/MARÇO de 2016. Disponível em: <https://inteligencia.insightnet.com.br/a-nova-direita-brasileira-ideias-retorica>.

FREITAS, Luís Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educ. Soc., Campinas**, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr.-jun. 2012. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>

FREITAS, Luís Carlos de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educ. Soc., Campinas**, v. 35, nº. 129, p. 1085-1114, out-dez., 2014, páginas 1085-1114. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/xm7bSyCfyKm64zWGNbdy4Gx>

LIMA, Átila de Menezes. Educação, ideologia e reprodução social: notas críticas

sobre os fundamentos sociais da Base Nacional Comum Curricular – BNCC. UCHOA, Antonio Marcos da Conceição; SENA, Ivânia Paula Freitas de Souza (Orgs) **Diálogos Críticos: BNCC, educação, crise e luta de classes em pauta** [recurso eletrônico] Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019 a. p. 39- 71.

MARTINS, André Silva. “Todos pela Educação”: o Projeto Educacional de Empresários para o Brasil Século XXI. In: 31ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação congregará, no período de 19 a 22 de outubro de 2008, em Caxambu/MG. GT-09: Trabalho e Educação. Disponível em: 31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT09-4799--Int.pdf · Arquivo PDF

MARTINS, André SILVA. Formulações da Classe Empresarial para a Formação Humana: da Educação Política à Educação Escolar. **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 10, n. 20, julho/dezembro de 2015. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/2216>

MARTINS, André Silva; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Pedagogia do Capital. **Dicionário da Educação do Campo**. / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, páginas 540- 547.

MOVIMENTO PELA BASE. https://revistas2.uepg.br/index.php/olhardep_professor/announcement/view/44, s/d. Disponível em: <https://movimentopelabase.org.br>.

OLIVEIRA, Ramon de. O empresariado industrial e a educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**. Nº 22, Jan/Fev/Mar/Abr 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n22/n22a06.pdf>

SILVA, Jani Alves da. REFLEXÕES SOBRE A HISTÓRIA DO CAPITALISMO. **Revista Filosofia Capital**. Vol. 2, Edição 5, Ano 2007. Disponível em: https://www.academia.edu/37783746/REFLEXÕES_SOBRE_A_HISTÓRIA_DO.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1983.

SAVIANI, Demerval. Educação: **Do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Autores Associados, 2002.

SENA, Ivânia Paula Freitas de Souza. Convite ao questionamento e à resistência ao abismo lançado pela Base Nacional Comum Curricular – **BNCC**. UCHOA, Antonio Marcos da Conceição; SENA, Ivânia Paula Freitas de Souza (Orgs) **Diálogos Críticos: BNCC, educação, crise e luta de classes em pauta** [recurso eletrônico] Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019 a. p. 15 -39.

SOUZA, Mayara. O que é metaverso? Entenda por que ele é importante. Portal de Notícias sobre bitcoins, criptomoedas, tokens e blockchain. Publicado

em:05/12/2021. Disponível em:
<https://livecoins.com.br/o-que-e-metaverso-entenda-por-que-ele-e-importante/>.
Acesso em 02 de dezembro de 2021.

TARLAU, Rebecca; MOELLER, Kathryn. O CONSENSO POR FILANTROPIA1
Como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil. **Currículo sem Fronteiras**, v. 20, n. 2, p. 553-603, maio/ago. 2020. Disponível em:
curriculosemfronteiras.org/vol20iss2articles/tarlau-moeller.pdf

SOBRE AS AUTORAS

Kergilêda Ambrósio de Oliveira Mateus

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Santa Cruz; Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia e Doutorado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. Atualmente é professora adjunta no Departamento de Ciências Humanas, Educação e Linguagem na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. Atua como docente no Programa de Pós graduação em Ensino da UESB. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Formação de Professores; Práticas Sociais e Processos Educativos; Educação do Campo; Currículos; Movimentos Sociais e Educação de Jovens e Adultos. Correio eletrônico: kmateus@uesb.edu.br

Anne Cisera Teixeira de Santana

Mestranda do Programa de Pós Graduação em Ensino PPGEn, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia UESB. Pedagoga pela UNEB – Campus XII. Licenciada em Ciências Biológicas – Campus VI. Professora da rede municipal de ensino de Caetitê/BA e Palmas de Monte Alto/BA; Especialista em Coordenação Pedagógica pela UNEB – Campus I, Especialista em História Social do Trabalho pela UESB; Membro do Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais, Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos/CNPq/UESB.. Correio eletrônico: 2021M0263@uesb.edu.br

Giane Souza dos Santos

Mestranda do Programa de Pós Graduação em Ensino PPGEn, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia UESB. Pedagoga pela UESB. Professora da rede municipal de ensino de Vitória da Conquista/Ba; Especialista em Coordenação Pedagógica e Planejamento pela Faculdade do Noroeste de Minas- FINOM (2011), Especialização em Pedagogia Histórico-Crítica para as escolas do Campo pela UFBA (2017); Membro do Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais, Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos/CNPq/UESB.. Correio eletrônico: 2021m0243@uesb.edu.br

Recebido em: 20 de julho de 2022.
Aprovado em: 28 de novembro de 2022
Publicado em: 27 de dezembro de 2022